

CISA TRADING S.A.

CNPJ nº 39.373.782/0001-40

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Senhores Acionistas, de acordo com as disposições legais, apresentamos a V.Sas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Agradecemos a confiança e apoio dos Srs. Acionistas, Clientes, Fornecedores e Colaboradores. Vitória (ES), 18 de novembro de 2024. A Diretoria.

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	107.882	174.593	109.875	187.062
Contas a receber	5	14.574	792.308	14.574	792.626
Partes relacionadas	9	282	3.882	-	-
Estoques	6	-	1.028.766	-	1.028.766
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	6.228	-	6.228
Impostos a recuperar	7	231.016	255.885	231.528	256.430
Outros créditos	8	111.995	33.112	111.998	33.161
Despesas pagas antecipadamente		205	279	205	279
Total do ativo circulante		465.954	2.295.053	468.180	2.304.552
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	13.967	29.373	13.970	29.373
Partes relacionadas	9	-	1.155	-	-
Outros créditos	8	6.545	6.545	33.450	35.251
Impostos a recuperar	7	-	21	-	21
Depósitos judiciais	19	49.543	51.191	50.625	52.274
Investimentos	11	29.032	247.426	126	186.668
Propriedades para investimento	12	-	-	-	21.257
Imobilizado	13	15.760	28.147	15.763	30.908
Intangível		266	423	266	430
Total do ativo não circulante		115.113	364.281	114.201	356.182
Total do ativo		581.067	2.659.334	582.381	2.660.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: Cisa Trading S.A. ("Companhia" ou "Cisa"), atua como importadora de produtos em geral, nas modalidades de importações, por conta própria, por encomenda e por conta e ordem, com contratos previamente celebrados com seus clientes. **Acordo firmado:** Em 25 de maio de 2021, foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), acordo firmado entre a Comexport Trading Comércio Exterior Ltda. ("Comexport") e a Companhia, no qual foi acordado que a Companhia transferirá seu fundo de comércio relacionado às operações de importação e exportação para a Comexport ao longo de 2 anos, a contar da data de assinatura do acordo em 08 de abril de 2021 e a Companhia será remunerada pela Comexport aplicando-se um percentual sobre a receita líquida dos clientes transferidos. Vale destacar que não há qualquer indicativo de descontinuidade operacional da Companhia, haja vista que o processo de transferência vem ocorrendo ao longo do período mencionado, além do fato da Companhia possuir outros negócios que não foram contemplados pelo referido acordo, como por exemplo, aluguéis de contêineres e participações societárias em outras empresas. Em decorrência deste acordo a Companhia recebeu um adiantamento da Comexport no valor de R\$5.000,00 que começou a ser abatido da remuneração mensal a receber em 12 parcelas com início em outubro, conforme Nota 18. Considerando este novo cenário de negócios, após o acordo comercial assinado com a Comexport em 2021, a Administração revisou suas projeções para 2023 e, mesmo com a redução no volume de negócios, a Companhia manterá níveis razoáveis de negócios que permitirão fazer frente aos seus custos e despesas, bem como preservar níveis elevados de caixa sem comprometer a continuidade dos negócios, além do fato que continuará sendo remunerada sobre as operações dos clientes transferidos. A Cisa possui os seguintes investimentos: Cisa Overseas Limited ("Cisa Overseas") e Cisa Trading Portugal S.A. ("Cisa Portugal"). As referidas controladas foram constituídas para apoiar as atividades da Companhia no exterior. Cisa Comércio e Serviços S.A. ("Cisa Comércio"): A Cisa Comércio foi constituída em 20 de agosto de 1998 tem como objeto social a distribuição e comércio atacadista de quaisquer bens e mercadorias, nacionais e importadas, incluindo produtos primários, semelaborados, manufaturados e/ou industrializados, atuando como, mas não se limitando a centro de distribuição. Adicionalmente, alterou parcialmente o estatuto social em atendimento aos novos negócios, bem como as novas perspectivas da gestão de administração da Companhia. O novo estatuto alterou o objeto social que incluiu operações comerciais no mercado interno e externo por conta própria ou de terceiros, importação e exportação, comércio e distribuição de quaisquer produtos semelaborados, manufaturados e/ou industrializados, dentre eles especificamente partes, peças, acessórios, insumos, componentes e material de uso e consumo empregado na fabricação de veículos automotores, máquinas e equipamentos. CisaFac Correlagem de Seguros e Agenciamento de Cargas S.A. ("CisaFac"): A CisaFac foi constituída em 1º de agosto de 1998, tendo como objetivo, a administração e correlagem de seguros de ramos elementares, tais como: seguros de incêndio, transportes (terrestre, marítimo, fluvial e aéreo), cascos e aeronáuticos, lucros cessantes, seguros de responsabilidade civil em geral, veículos, equipamentos de informática, cosméticos e bens de capital, agenciamentos de cargas em geral e comissária de despachos aduaneiros. **Desinvestimento da Cisarental Administração de Bens Ltda. ("Cisarental") e da Steel Warehouse Cisa Indústrias de Aço Ltda. ("SW Cisa"):** Cisarental Administração de Bens Ltda. ("Cisarental"): A Cisarental foi constituída em 2 de dezembro de 2013 e atua na compra e venda de imóveis residenciais e/ou comerciais, terrenos e frações ideais, na locação e administração de bens imóveis próprios ou de terceiros, na prestação de serviços de consultoria relativos ao mercado imobiliário e arrendamento de bens móveis próprios ou de terceiros e equipamentos em geral, nacionais ou importados. Em 30 de junho de 2023, a Cisa Trading reduziu seu capital social cedendo suas quotas para seus acionistas pessoas físicas e jurídicas no valor de R\$29.382, representando 99,90% do patrimônio líquido da Cisarental naquela data. Os saldos da Cisarental em 30 de junho de 2023 estão apresentados abaixo:

	30/06/2023	30/06/2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.223	17
Contas a receber	328	16
Impostos a recuperar	16	69
Despesas pagas antecipadamente	20	1
Total do ativo circulante	5.587	103
Não circulante		
Patrimônio líquido		
Capital social	21.180	25.550
Lucros acumulados	2.740	3.861
Intangível	7	-
Total do ativo não circulante	23.927	29.411
Total do ativo	29.514	29.514

Steel Warehouse Cisa Indústrias de Aço Ltda. ("SW Cisa"): A SW Cisa tem como objeto social a fabricação de produtos de metal, especialmente a laminação de acabamento e encruamento de metais a frio, com cilindros liso, com corte no comprimento, a operação de um centro de beneficiamento de aço com foco em chapas e laminados, compreendendo o processamento, nivelamento, corte de precisão e outros serviços relacionados a chapas de aço e bobinas, e a prestação de serviços técnicos a eles relacionados. A SW Cisa possui controle compartilhado com participação de 50% para cada sócio. Em 30 de junho de 2023, foi efetuada a cisão parcial onde as quotas que pertenciam a Cisa Trading passaram para a CMP - Companhia Metalúrgica de Pádua S.A. por conta e ordem de seus acionistas no montante de R\$19.922, representando 50% do patrimônio líquido da SW Cisa naquela data. Os saldos da SW Cisa na data da cisão parcial estão demonstrados abaixo:

	30/06/2023	30/06/2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	151.329	36.474
Contas a receber	66.155	134
Adiantamento a fornecedores	353	2.023
Estoques	76.111	82
Impostos a recuperar	12.423	5.879
Despesas pagas antecipadamente	881	292
Total do ativo circulante	307.252	2.735
Não circulante		
Passivo de arrendamento		186
Total do ativo não circulante		47.805
Total do ativo		
Ativo não circulante		
Impostos a recuperar	2.547	-
Ativo de direito de uso	251	19.319
Imobilizado	155.279	101
Intangível	1.740	19.420
Total do ativo não circulante	159.817	48.840
Total do ativo	467.069	47.069

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 18 de novembro de 2024. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **Continuidade operacional:** As notas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado do seu capital circulante líquido, o cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants") em seus contratos de empréstimos e financiamentos, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. **Apresentação de informações por segmento e natureza:** A Companhia possui apenas um segmento operacional significativo (importadora de produtos em geral) de acordo com as regras da NBC TG 22 (R2) que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 22 (R2) Informação por segmento. Por esse motivo, não estão sendo apresentadas informações por segmento. A Companhia não possui clientes que representem mais de 10% da receita total consolidada, não havendo, assim, grau de dependência de clientes específicos a ser divulgado. Outro segmento que a Companhia vem atuando desde 2019 é de locação de equipamentos, porém considerado pela Administração como imaterial para outras divulgações (Vide Nota 21). **Base de consolidação:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em atendimento ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2023, apresentadas abaixo:

Razão social	País-sede	Participação		Consolidação	
		2023	2022	Controle	Integral
Cisa Comércio e Serviços S.A.	Brasil	99,99%	99,99%	Sim	Sim
Cisafac Corret. Seg. Agenc. de Cargas S.A.	Brasil	99,98%	99,98%	Sim	Sim
Cisarental Administração de Bens Ltda.	Brasil	0,00%	99,90%	Sim	Sim
Cisa Overseas Limited	Ilhas Cayman	100,00%	100,00%	Sim	Sim
Cisa Trading Portugal S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Sim	Sim

O controle da Companhia sobre as controladas está evidenciado pela participação societária e pela preponderância na deliberação sobre as atividades operacionais destas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras, sendo destacada a participação dos sócios não controladores. **1) Controladas:** As demonstrações financeiras de controladas são preparadas de acordo com as políticas contábeis consistentes com as da Controladora, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixar de existir. Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente e o valor patrimonial da participação dos sócios não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas. **2) Controladas em conjunto:** Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. A Companhia apresenta sua participação em controlada em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as participações em controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. **Transações e saldos:** As operações com mo-

edas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "outros ganhos/perdas", líquidos. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada.

3. Políticas contábeis materiais: 3.1. Reconhecimento de receita: A receita de venda de bens e prestação de serviços, no curso normal das atividades, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e é reconhecida à medida que seja provável a Companhia satisfazer as obrigações de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. A receita operacional de venda é reconhecida quando existe evidência convincente de que obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo, o que ocorre na entrega do produto ao cliente. A receita operacional de prestação de serviços é reconhecida quando existe evidência convincente obrigação de performance ao transferir o serviço prometido ao cliente, o que ocorre quando da entrega do ativo objeto do serviço de importação é transferida para o comprador caracterizando, assim, a conclusão dos serviços contratados de importação. A receita operacional de locação de equipamentos é reconhecida quando da medição da disponibilização dos equipamentos aos locatários até o término do uso ou do mês. Caso seja provável que descontos concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas e prestação dos serviços são reconhecidas. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requerem um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: Estimativas à premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso, conforme mencionado na Nota 3.10. **Impostos:** Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras pelo nível de julgamento requerido e análise pela administração das estimativas.

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos, contas a receber, partes relacionadas e depósitos judiciais. **Classificação e mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentes mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e esse evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou contagem econômica relacionados com default. **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação do preço do alumínio e das taxas de câmbio, vide Nota 22 para mais detalhes. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração do resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. **Classificação entre curto e longo prazo:** Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados e quando uma alocação confiável pode ser feita. **Contas a receber:** Estão apresentadas a valores de realização. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, sendo efetuada uma avaliação individual por cliente que possui títulos em atraso. **Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. As práticas contábeis relacionadas a esses passivos financeiros são as mesmas já mencionadas nas práticas contábeis relacionadas aos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, por meio de contratos futuros, para a proteção da variação do preço de alumínio e das taxas de câmbio. Estes instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, sob ganho ou perda com instrumentos financeiros, nos grupos de receitas e despesas financeiras, respectivamente. A Companhia não utiliza a prática de Hedge Accounting. **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Contas a pagar a fornecedores:** Inclui obrigações de curto prazo com fornecedores de mercadorias para venda, materiais e serviços e são mantidos a valores de liquidação. **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. **3.4. Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para quebras de estoques, baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.5. Investimentos:** Os investimentos em controladas e na empresa sob controle compartilhado ("joint venture"), são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce controle. Vide detalhes na Nota 2. **3.6. Propriedade para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do sistema diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento podem ser reconhecidas ao custo histórico, menos provisão para depreciação e perda por redução ao valor recuperável ou podem ser apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	21.a	2.956.347	5.278.728	2.957.100	5.280.890
Custo dos produtos vendidos	21.b	(2.911.214)	(5.036.854)	(2.911.214)	(5.036.855)
Custo dos serviços prestados	21.b	(1.964)	(9.314)	(2.015)	(9.425)
		(2.913.178)	(5.046.168)	(2.913.229)	(5.046.280)
Lucro bruto das vendas e prestações de serviços		43.169	232.560	43.871	234.610
Despesas comerciais	21.b	(16.880)	(25.304)	(16.880)	(25.304)
Despesas gerais e administrativas	21.b	(61.725)	(110.996)	(62.069)	(111.799)
Despesas tributárias	21.b	(13.244)	(13.808)	(13.265)	(14.101)
Resultado de equivalência patrimonial	11	590	34.552	-	33.549
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21.b	47.491	(2.297)	47.480	(2.344)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(599)	114.707	(863)	114.611
Resultado financeiro, líquido	21.c	156.640	3.822	157.170	4.185
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		156.041	118.529	156.307	118.796
Imposto de renda e contribuição social	10.b	(23.932)	(28.070)	(24.198)	(28.337)
Lucro líquido do exercício		132.109	90.459	132.109	90.459
Quantidades de ações		5.000.000	5.000.000	-	-
Lucro líquido por ação (básico e diluído) - Em R\$		26,42	18,09	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto resultado abrangente por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		132.109	90.459	132.109	90.459
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		132.109	90.459	132.109	90.459
Quantidades de ações		5.000.000	5.000.000	-	-
Resultado abrangente por ação - Em R\$		26,42	18,09	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros		Lucros a disposição da assembleia	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		61.550	12.310	40.000	2	

continuação

Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o lucro: A interpretação (equivalente à IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32 - Tributos sobre o lucro) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições ou premissas em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. Com base em nosso estudo de conformidade tributária, é provável que nossos tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **3.12. Outros benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários, contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, prêmios, gratificações, plano de assistência médica e refeição. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **3.13. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. As despesas relativas a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquidas do respectivo reembolso, se existir. **3.14. Normas contábeis novas ou revisadas e aplicadas pela primeira vez em 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária, algumas exceções de escopo se aplicam. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para que as entidades divulguem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 - Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita inferior a 750 milhões de euros por ano. **3.15. Normas contábeis emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback:** (Transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação; • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a Companhia exercer seu direito de adiar; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	3.469	9.715	5.020	21.882
Aplicações financeiras (Fundos)	35.545	97.208	35.987	97.510
Compromissadas/CDB (*)	68.868	67.670	68.868	67.670
	107.882	174.593	109.875	187.062

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título pelos bancos, e de venda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos predeterminados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP. Em 2023, as operações compromissadas foram remuneradas por taxas que variam entre 75% a 101% em 2022) e as aplicações em CDBs entre 97% e 101% do CDI (97% a 101% em 2022). As aplicações financeiras (FI Corp Plus), em 2023, foram remuneradas em média em 105,75 do CDI (103,99% em 2022), possuem liquidez imediata e não há perda material na rentabilidade em função dos regates antecipados. Abaixo apresentamos a composição do caixa e equivalentes de caixa no consolidado:

Caixa e bancos no país:

	2023	2022
Cisa Trading S.A.	107.882	174.593
Cisa Comércio	782	2.146
Cisafac	939	2.042
Cisarental	-	4.302
	109.603	183.083

Caixa e bancos no exterior:

	2023	2022
Cisa Overseas Limited	221	3.959
Cisa Trading Portugal	51	20
	272	3.979
	109.875	187.062

5. Contas a receber

	2023	2022	2023	2022
Clientes no país	14.574	797.118	14.574	797.436
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	-	(4.810)	-	(4.810)
	14.574	792.308	14.574	792.626

(i) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base em avaliação individual por cliente, nas operações de vendas de mercadorias, que possui título em atraso e foi considerada suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas com recebíveis de acordo com a CPC 48. Em 2023, foi revertida a provisão devido aos acordos com os clientes para recebimentos dos valores em atrasos. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa se apresenta como segue:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(7.177)	(7.412)
Reversão de provisão do exercício, líquida das provisões	2.367	2.602
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(4.810)	(4.810)
Reversão de provisão do exercício, líquida das provisões	4.810	4.810
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-

A Companhia mantém constante análise de crédito de seus clientes, podendo requerer garantias reais sobre as vendas a prazo, porém a Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de as vendas, em sua maioria, serem efetuadas para clientes de primeira linha.

6. Estoques

	2023	2022	2023	2022
Importação em andamento	-	707.738	-	707.738
Mercadoria em poder de terceiros	-	308.185	-	308.185
Mercadoria em estoque	-	12.813	-	12.813
Materiais auxiliares	-	30	-	30
	-	1.028.766	-	1.028.766

Em 2022, as mercadorias importadas por conta própria e por encomenda com cobertura cambial permanecem como estoques em formação até o momento do desembarque aduaneiro, que não necessariamente ocorre simultaneamente à chegada da mercadoria no Brasil. Entretanto, essas mercadorias importadas podem permanecer por um período não determinado nos armazéns alfândegários até o seu desembarque, que ocorre em prazo inferior a um ano. Com o final das operações de importação de mercadorias (Nota 1) os estoques de mercadorias foram totalmente faturados em 2023. Em 2022, a Companhia não registrou provisão para perdas, quebras, obsolescência e outras provisões por não possuir histórico e expectativa de perdas.

7. Impostos a recuperar

Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) PIS e COFINS a recuperar Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro Outros impostos (-) Provisão para recuperação de ativos (ICMS) (i)

Classificada como: Circulante Não circulante

(i) A Companhia registrou provisão para perda de valor recuperável em montante avaliado pela administração ser suficiente para cobrir eventuais perdas. Os valores de impostos a recuperar foram gerados pela própria operação da Companhia e pela aquisição de ativos imobilizados operacionais e serão compensados com débitos futuros da mesma natureza e estão apresentados aos seus valores de realização.

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Circulante	48	48
Créditos a liberar - BANDES (i)	-	-
Adiantamentos a clientes (iii)	1.869	1.869
Adiantamentos a fornecedores no exterior	2.233	2.233
Adiantamentos a fornecedores no país	3.421	3.421
130	130	
111.339	111.339	
478	481	
13.863	13.912	
111.995	111.998	
33.112	33.161	
Não circulante	5.559	5.559
Imóveis destinados a venda (iv)	-	-
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 9)	26.905	28.706
Contas a receber de alienações em participações (ii)	986	986
-	(4.484)	(4.484)
6.545	33.450	
39.657	145.448	
118.540	168.412	

(i) Referem-se a financiamento obtidos junto ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES por meio do sistema do Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP. A redução do saldo deve-se ao encerramento das operações de importação de mercadorias em 2023. (ii) Referem-se a venda de ações oriundas de participações societárias temporárias, decorrentes de destinação dos CDBs para ações de Companhias com ações de empresas e posterior venda. Os valores estão apresentados pelo valor de venda das ações. O valor da provisão para perdas foi revertido e considerado como perdas patrimoniais. (iii) Referem-se aos pagamentos de impostos efetuados pela Companhia no processo de importação de mercadorias nas operações de conta e ordem de seus clientes. Como o final das operações de importação de mercadorias por conta e ordem de terceiros a Companhia não receberá mais adiantamentos com essa finalidade. (iv) Refere-se ao imóvel localizado na Ponta da Fruta (Vila Velha - ES) que seria, inicialmente, utilizado pela Companhia para construção de um armazém geral no Estado do Espírito Santo, porém a Administração decidiu continuar operando com armazéns de terceiros e pela venda do referido imóvel. Não existe qualquer indicativo que o valor líquido contábil exceda o valor recuperável do ativo e, portanto, nenhuma provisão para desvalorização foi constituída. (v) Refere-se ao processo de restituição de Cofins recolhidos indevidamente sobre as operações de importação por conta e ordem de terceiros processadas antes de 2001. Após o trânsito em julgado a favor da Cisa Trading, foi contabilizado o valor Principal de R\$22.514 e atualização monetária (Selic) de R\$88.825, sendo recebido R\$91.678 em janeiro de 2024. **9. Partes relacionadas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber com partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua. A Companhia é garantidora de empréstimos e financiamentos de suas controladas. As transações com partes relacionadas correspondem à venda de mercadorias e serviços entre as empresas, operações de mútuo e pagamento de dividendos cujos valores são eliminados na consolidação, conforme segue:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Receitas
	2023	2022	2023	2022
Cisafac	-	-	-	1.800
Prestação de serviços	-	-	-	-
Dividendos a receber	282	913	-	-
Cisa Comércio e serviços	-	-	-	-
Mútuo a receber (i)	-	-	1.155	-
Cisarental	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	2.969	-	-
Caravia Participações	-	-	-	-
Mútuo a pagar (ii)	-	-	40.379	-
	282	3.882	1.155	40.379
	-	-	-	1.800

(i) Prazo de vencimentos indeterminado, juros de 1% a.a. + T.R. (Taxa Referencial). No exercício de 2022 houve juros

11. Investimentos: Os principais dados relativos às participações em empresas controladas e controlada em conjunto são os seguintes:

	Controladora					
	2023		2022		2021	
	Quantidade de ações/quotas	Percentual de participação	Patrimônio líquido das Investidas	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial registrada no exercício	Valor contábil dos investimentos
Investimentos						
Cisa Comércio e Serviços S.A.	(1)	200.000	99,99%	992	(141)	992
Cisafac Corret. Seg. Agenc. de Cargas S.A.	(1)	10.000	99,98%	617	564	615
Cisarental Adm. de Bens Ltda.	(1)	60.000.000	0,00%	-	-	25.550
Cisa Overseas Limited	(2)	5.005.000	100,00%	27.126	202	27.126
Cisa Trading Portugal S.A. - Subtotal	(2)	200.000	100,00%	199	(35)	199
				28.934	590	28.932
Steel Warehouse Cisa Inds.de Aço Ltda.	(4)	249.078.098	0,00%	-	-	373.136
BANDES	(3)	10.827.451	-	-	-	100
Subtotal				-	-	100
Total				28.934	590	29.032

	Consolidado					
	2023		2022		2021	
	Quantidade de ações/quotas	Percentual de participação	Patrimônio líquido das Investidas	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial registrada no exercício	Valor contábil dos investimentos
Investimentos						
Steel Warehouse Cisa Inds.de Aço Ltda.	(4)	249.078.098	0,00%	-	-	373.136
BANDES	(3)	10.827.451	-	-	-	100
Cisarental Adm.de Bens Ltda.		60.000	-	-	-	26
Total				-	-	126

(1) Os investimentos nestas controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras dessas controladas foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da Companhia. Em 2023 a Companhia reduziu seu capital social cedendo aos seus acionistas a participação na Cisarental Administração de Bens Ltda. (2) Esses investimentos são uma extensão dos negócios da Companhia no exterior e foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As informações financeiras dessas controladas foram revisadas pelo mesmo auditor da Companhia, na extensão necessária para o suporte à opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Os efeitos de variação cambial sobre esses investimentos estão registrados na rubrica ganhos e perdas em outros resultados operacionais. (3) A Companhia possui ações classe PNB do BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A., adquiridas através das conversões dos saldos residuais dos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), provenientes dos financiamentos do Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), que não foram aplicados em projetos próprios ou de terceiros de acordo com a legislação vigente e estão avaliados pelo método de custo. (4) Investimento em parceria com uma Companhia americana, formando uma *joint venture*, reconhecida a equivalência patrimonial sem a consolidação por possuir controlado compartilhado. Em 2023, a Companhia transfereu sua participação para a CMP - Companhia Metalúrgica de Paulínia por conta e ordem de seus acionistas. Abaixo segue a movimentação no investimento das participações em controladas e controlada em conjunto:

	Controladora					
	31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Redução de participação	Aumento de capital	Dividendos recebidos	Equivalência patrimonial	Variação cambial	31/12/2023
Investimentos						
Cisa Comércio e Serviços S.A.	1.133	-	-	(141)	-	992
Cisafac Corret. Seg. Agenc. de Cargas S.A.	1.197	-	(1.146)	564	-	615
Cisarental Adm.de Bens Ltda. (nota 1)	25.525	(29.382)	888	2.969	-	202
Cisa Overseas Limited	32.673	(3.386)	-	202	(2.363)	27.126
Cisa Trading S.A. - Subtotal	230	-	57	(35)	(53)	199
Portugal	60.758	(32.768)	945	1.823	590	28.932
Steel Warehouse Cisa Inds.de Aço Ltda. (Nota 1)	186.568	(199.922)	13.354	-	-	-
BANDES - Banco de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo	100	-	-	-	-	100
Subtotal	186.668	(199.922)	13.354	-	-	100
Total	247.426	(232.690)	14.299	1.823	590	29.032

	Consolidado					
	31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Redução de participação	Aumento de capital	Dividendos recebidos	Equivalência patrimonial	Variação cambial	31/12/2023
Investimentos						
Steel Warehouse Cisa Inds.de Aço Ltda. (Nota 1)	186.568	(199.922)	13.354	-	-	100
BANDES - Banco de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo	100	-	-	-	-	100
Cisarental Adm.de Bens Ltda. (Nota 1)	-	26	-	-	-	26
Total	186.668	(199.896)	13.354	-	-	126

13. Imobilizado

	Benf. em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Contenedores de carga e eslingas	Smartones	Direito de uso de imóveis (a)	Outros	Total
	20-25% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	20-25% a.a.	20-25% a.a.	20% a.a.	10-25% a.a.	
Taxa de depreciação									
Saldo em 31/12/2021	259	3.605	394	347	43.014	298	4.655	87	52.659
Adições	147	63	72	14	4.132	488	-	22	4.938
Baixas	-	-	(225)	(4)	(971)	-	(1.622)	-	(2.818)
Depreciação	(163)	(392)	57	(148)	(24.997)	(233)	(726		

continuação

(i) Durante o exercício de 2019, a Companhia foi vencedora em uma concorrência pública de locação de equipamentos para uma empresa de economia mista. Diante deste fato, a Companhia adquiriu equipamentos através de contratos de arrendamento mercantil no montante de R\$3.120 em 2023 (R\$4.132 em 2022). O contrato de sublocação destes equipamentos foi classificado pela Administração como arrendamento mercantil operacional. As receitas provenientes do aluguel destes equipamentos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 21(a). Tais equipamentos foram, substancialmente, adquiridos através de *leasings* financeiros, os valores das parcelas pagas no exercício de 2023 foram de R\$30.255 (R\$26.691 em 2022). (ii) Em 2023, com a redução do capital social da Companhia com a participação na investida Cisarental para seus acionistas os valores consolidados no balanço foram baixados da planilha. a) Arrendamento mercantil (Direito de uso de imóveis): São contratos de arrendamento de imóveis, utilizados na operação da Companhia. A Companhia apurou às suas taxas de desconto baseadas nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Para mensurar os passivos de arrendamento a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxa de incremento de empréstimo. A taxa média aplicada é de 7,68% ao ano. A movimentação de saldos dos passivos de arrendamentos é apresentada no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 1º de janeiro	2.969	5.341
Novos contratos	143	-
Contraprestações pagas	(1.503)	(1.633)
Reversão de provisão	(1.801)	(1.654)
Juros	192	915
Saldos em 31 de dezembro (Nota 18)	-	2.969

O cronograma de vencimentos é o seguinte:

Vencimento das prestações	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	1.426
2024	-	711
2025	-	766
2026	-	66
Total do passivo	-	2.969

A movimentação de saldos dos ativos de arrendamentos, representadas por imóveis, é apresentada no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 1º de janeiro	2.307	4.655
Novos contratos	849	-
Baixas	(1.930)	(1.622)
Amortização	(1.226)	(726)
Saldos em 31 de dezembro	-	2.307

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição financeira	Moeda	Vencimento final	Controladora e Consolidado		Garantias
				2023	2022	
Linhas de crédito (i)	Citibank, Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil, Safra, Banco CCB, Votorantim	US\$/EUR	Até 30/06/2023	-	1.412.688	Até US\$50 milhões com caução de recebíveis
				7.797	29.790	
				966	-	
Leasing (ii)	Bradesco/Santander	R\$	17/03/2024	-	-	Sem aval
				966	-	
Operacional (iii)	BANDES	R\$	Diversos	3.130	5.043	Sem aval
				11.893	1.447.521	
Classificadas como:				6.620	1.439.121	
Circulante				5.273	8.400	
Não circulante				11.893	1.447.521	

(i) Desde 2011, a Companhia opera com linhas de crédito em moeda estrangeira (FINIMP) com as instituições financeiras Citibank, Bradesco, Itaú, Santander dentre outras, concedidas com prazos determinados. Tais operações visam permitir flexibilidade nos fluxos de caixa da Companhia nas operações de importação para alguns de seus clientes. O prazo médio para o pagamento dos FINIMP não é superior a 230 dias. Em 2023, devido ao encerramento das operações de importação por encomenda os valores foram quitados. (ii) Referem-se a aquisições de equipamentos os quais são sub-locados e geram receitas de aluguel para a Companhia - Vide Nota 13(i). (iii) Financiamento de operações realizadas através do Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAF). A Companhia possui empréstimos e financiamentos contendo cláusulas restritivas ou de aceleração de dívida (*Covenants*), mas estavam todos liquidados em 31 de dezembro de 2023. A Companhia possui somente contratos de Leasing e Fintame em aberto com cláusulas e *covenants* específicos para cada tipo de contrato estando adimplente com os contratos em 31 de dezembro de 2023. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa das atividades de financiamentos em 2023 e 2022

Saldo inicial 31/12/2022	Captação de empréstimos	Juros provisionados e não pagos	Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	Saldo em 31/12/2023
Saldo inicial 31/12/2021	Captação de empréstimos	Juros provisionados e não pagos	Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	Saldo em 31/12/2022

2023	2022	2023	2022	2023	2022
1.248	371.094	1.296	371.102	2.027	9.999
2.027	9.999	2.069	10.024	3.275	381.093
3.275	381.093	3.365	381.126		

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía títulos com vencimento superior a 360 dias.

16. Adiantamentos de clientes: Os saldos de adiantamento de clientes correspondem a valores recebidos de clientes no processo de contratação de importações na modalidade por conta e ordem e serão liquidados contra as contas a receber no momento do encerramento do processo de nacionalização ou transmissão de posse dos produtos importados. Com o encerramento das operações de importação por conta e ordem em 2023, os valores foram baixados contra o contas a receber.

17. Obrigações tributárias

Circulante:	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	14	10.606	14	10.606
Programa de recuperação fiscal - PERT (i)	3.971	3.634	3.971	3.634
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	30	291	30	291
Imposto de renda e contribuição social	-	1.822	33	1.887
Impostos a pagar nacionalização	-	329	-	329
Outros impostos e contribuições	106	457	111	472
Circulante	4.121	17.139	4.159	17.219
Não circulante:				
Programa de recuperação fiscal - PERT (i)	19.639	21.601	19.639	21.601
Outros impostos e contribuições	4.131	-	5.213	1.083
Não circulante	23.770	21.601	24.852	22.684
Total	27.891	38.740	29.011	39.903

(i) Em 10 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela lei nº 13.496/17. O valor atualizado do débito foi reduzido de R\$119.794 para R\$32.120, tal fato aconteceu pela redução da multa e juros e pela antecipação no montante de R\$17.522 restando o saldo a ser pago em 31 de dezembro de 2023 de R\$23.610.

18. Outros passivos

Contas a pagar a terceiros por serviços prestados	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão de férias e encargos	57.335	9.826	57.335	9.826
Obrigações sociais	2.078	3.564	2.078	3.564
Provisão para reestruturação (iii)	1.723	3.384	1.723	3.384
Seguros e fretes internacionais a pagar	28.402	36.100	28.402	36.100
Provisão para taxas portuárias	1.968	6.405	1.968	6.405
Adiantamento de acordo comercial (ii)	-	7.714	-	7.714
Provisão de bonificação adicional a pagar	4.899	5.781	4.899	5.781
Aluguéis a pagar (i)	-	4.847	-	4.847
Gratificação a pagar	-	2.969	-	2.969
Outras contas a pagar	-	4.595	-	4.595
Total	3.436	22.150	3.535	22.216
Classificadas como:	99.841	107.335	99.940	107.539
Circulante	54.980	77.834	55.079	77.959
Não circulante	44.861	29.501	44.861	29.580
	99.841	107.335	99.940	107.539

(i) Refere-se ao registro do aluguel a pagar decorrente da implementação CPC 06 (R2), Arrendamentos, onde a contrapartida foi registrada na rubrica de ativo imobilizado, direito de uso, vide Nota 13. (ii) Refere-se a adiantamento recebido sobre o acordo comercial de transferência do fundo de comércio mencionado na Nota 1. Em 2023, começou a ser abatido do conta a receber o valor adiantamento. (iii) Conforme mencionado na Nota 1, em função do acordo comercial com a Comexart Trading Comércio Exterior Ltda. a Companhia está na transição da carteira de seus clientes. Dessa forma, os critérios para a constituição da provisão para custos de reestruturação, no montante de R\$36.100, foram cumpridos de acordo com as normas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2022. No ano de 2023, da provisão de R\$36.100 foi revertido o valor de R\$15.353 e constituído uma nova provisão no valor de R\$7.655, restando o valor de R\$28.402.

19. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

Provisão para demandas judiciais	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
(-) Depósitos judiciais	65.630	71.944	65.630	71.944
	(49.543)	(51.191)	(50.626)	(52.274)
	16.087	20.753	15.004	19.670

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos. Para alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais, os quais serão liberados apenas quando houver sentença final favorável.

Aos Administradores e Acionistas da Cisa Trading S.A. - Vitória - ES

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cisa Trading S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, e o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações finan-

Saldos em 31 de dezembro de 2021

Demanda fiscal	Total
70.544	70.544
40	40
1.360	1.360
71.944	71.944
9	9
(5.636)	(5.636)
(687)	(687)
65.630	65.630

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava causas trabalhistas, cíveis e tributárias avaliadas como perdas possíveis no montante de R\$76.401 (R\$5.821 em 2022). **Créditos fiscais:** A Companhia possui dois processos judiciais que tem por objeto o afastamento da inclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins para fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014 e para os fatos geradores ocorridos a partir de 01 de janeiro de 2015. A Companhia não registrou o crédito fiscal referente aos valores dos referidos processos devido ao fato dos créditos não poderem ser mensurados confiavelmente, e, portanto, não sendo possível o registro.

20. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social da Companhia é de R\$61.550 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 5.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Aumento de capital:** Em junho de 2023 a Companhia aumentou seu capital social em R\$229.304, sendo R\$215.062 com reserva para contingências e R\$14.242 com parte do lucro apurado de janeiro a junho de 2023 proveniente do resultado positivo de equivalência patrimonial das empresas Cisarental Administração de Bens Ltda de R\$888 e Steel Warehouse Cisa Indústrias de Aço Ltda de R\$13.354. **Redução de capital:** Em junho de 2023 a Companhia reduziu seu capital social em R\$229.304 por cisão parcial com a empresa Steel Warehouse Cisa Indústrias de Aço Ltda no montante de R\$199.922 e por cessão de quotas aos seus acionistas da empresa Cisarental Administração de Bens Ltda no montante de R\$29.382, conforme AGE realizada em 28 de julho de 2023. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício até alcançar o limite de 20% (vinte por cento) do capital integralizado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não constituiu reserva por ter atingido o limite de 20% do capital social. **Reservas estatutárias:** Com base no estatuto, os acionistas poderão, a cada exercício social, deliberar sobre a destinação de partes dos lucros líquidos apurados para uma conta de reservas estatutárias, que tem o intuito de incrementar o capital de giro da Companhia para o financiamento dos seus clientes nas operações de importações por encomenda. O montante a ser destinado para a conta de reservas estatutárias ficará limitado ao valor de R\$40.000. **Reserva para contingências:** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de junho de 2023 foi aprovada a constituição de reserva para contingências no valor de R\$45.229, em conformidade ao artigo 195 da Lei nº 6.404. Esse montante foi proveniente dos lucros a disposição da Assembleia de 2022 para atender a eventuais perdas futuras em face do cenário econômico atual. Na mesma assembleia foi aprovado e destinado para reserva de contingência a reversão dos saldos provisionados dos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos anos de 2022 e 2021 no montante de R\$45.229 e R\$23.094 respectivamente. **Lucros e dividendos:** O estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social o qual foi atingido em anos anteriores. No exercício de 2023, a Companhia apresentou lucro líquido no montante de R\$146.351 do qual o montante de R\$14.242 foi utilizado para aumento de capital social, o saldo remanescente do montante de R\$132.109 foi provisionado para os dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto da Companhia.

Lucro líquido do exercício da controladora	2023	2022
	132.109	90.459
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	2023	2022
	66.055	45.229

Proposta de distribuição de dividendos adicionais: Como parte das destinações do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$66.054 (R\$45.229 em 2022) deliberada na AGO de 29 de junho de 2023 foi destinado para proposta de distribuição de dividendos adicionais a qual será apreciada em Assembleia Geral dos Acionistas em 2024. **Aprovação das demonstrações financeiras e destinação dos resultados:** Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de junho de 2023, os acionistas aprovaram por unanimidade o balanço patrimonial, relatório da Diretoria, contas dos administrados, demonstração do resultado e as demonstrações financeiras acompanhadas do relatório de auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$45.230 relativo a 50% do resultado do exercício, destinado a pagamento de dividendos mínimos obrigatórios fosse revertido para a conta de Reserva para Contingências e aprovaram que o saldo de R\$45.229 que estava classificado na conta de Lucros a Disposição da Assembleia fosse destinado para a conta de reserva para contingências. **Atos societários que integram a reestruturação societária de cisão parcial de controladora em conjunto:** Em 2022, parte substancial dos atos societários que integram a reestruturação societária de cisão parcial da controladora em conjunto, Steel Warehouse Cisa Indústrias de Aço Ltda., não foram protocolados a tempo e modo no registro do comércio e, além disso, muitos dos referidos atos não foram arquivados até a presente data. Sendo assim, a Administração da Companhia considerou sem efeito tais atos societários para fins de sua contabilização da referida cisão, no exercício de 2022, levando-se em consideração que a reestruturação societária levada a efeito no grupo há de ser considerada pelo conjunto dos atos societários planejados, inclusive levando-se em conta a cronologia dos atos deliberados e, por consequência, os respectivos protocolos e arquivamentos perante as Juntas Comerciais competentes. Apenas os atos resultantes de deliberações societárias que foram, efetivamente, arquivados e/ou protocolados no registro do comércio tempestivamente, ou seja, em conformidade com o disposto Lei nº 8.934/1994 devem ser, efetivamente, contabilizados. Por conseguinte, tal contabilização deverá ocorrer no exercício de 2023, observadas, conforme aplicáveis, as considerações para retificação e ratificação da cisão parcial e, para tanto, deverão ser adotadas as seguintes providências pelos acionistas e/ou sócios e pelos administradores das sociedades envolvidas na reestruturação societária, conforme aplicável: (i) Realizar Assembleias Gerais Extraordinárias na Companhia e nas demais sociedades diretamente envolvidas na reestruturação societária com a finalidade de ratificar todos os atos praticados por seus respectivos administradores no âmbito da reestruturação societária; (ii) Autorizar os Administradores da Companhia e da Companhia Metalúrgica de Paulínia ("CMP") a levantarem os respectivos balanços patrimoniais (especiais) e contratar empresas especializadas para procederem a atualização das avaliações dos patrimônios líquidos da Companhia e da CMP, e emitirem os laudos de avaliação respectivo para viabilizar as deliberações que deverão retificar e ratificar a AGE Cisão Parcial; (iii) Os Administradores da Companhia e da CMP deverão celebrar instrumento para retificar e ratificar o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial; (iv) Realizar Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e da CMP para deliberar a retificação e ratificação da AGE Cisão Parcial; e (v) Os acionistas da CMP deverão realizar Assembleia Geral Extraordinária para deliberar aumento do capital social da sociedade, integralizado mediante o recebimento da parcela (adicional) vertida por força da deliberação que aprovou a retificação e ratificação da AGE Cisão Parcial.

21. Resultado: a) Receita líquida de vendas e prestação de serviço

2023	2022	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
3.524.491	6.122.237	3.524.491	6.122.125		
3.559	18.128	4.409	18.222		
61.796	59.683	61.796	61.947		
(632.564)	(916.497)	(632.661)	(916.581)		
(935)	(4.823)	(935)	(4.823)		
2.956.347	5.278.728	2.957.100	5.280.890		

b) Custos e despesas por natureza e função

2023	2022	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
3.524.491	6.122.237	3.524.491	6.122.125		
3.559	18.128	4.409	18.222		
61.796	59.683	61.796	61.947		
(632.564)	(916.497)	(632.661)	(916.581)		
(935)	(4.823)	(935)	(4.823)		
2.956.347	5.278.728	2.957.100	5.280.890		

Por natureza:

2023	2022	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
(2.911.214)	(5.036.854)	(2.911.214)	(5.036.855)		
(1.964)	(9.314)	(2.015)	(9.425)		
(16.880)	(25.304)	(16.880)	(25.304)		
(61.275)	(110.996)	(62.069)	(111.799)		
(13.244)	(13.808)	(13.265)	(13.265)		
47.491	(2.297)	47.480	(2.344)		
(2.957.536)	(5.198.573)	(2.957.963)	(5.199.828)		

Por função:

2023	2022	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
(2.911.214)	(5.036.854)	(2.911.214)	(5.036.855)		
(1.964)	(9.314)	(2.015)	(9.425)		
(17.293)	(25.103)	(17.293)	(25.103)		
(34.396)	(37.698)	(34.415)	(37.715)		
(15.000)	(20.148)	(15.000)	(20.148)		
(12.299)	(10.693)	(12.765)	(11.431)		
(13.512)	(11.929)	(13.534)	(12.219)		

4743 CISA TRADING DFS 2023.pdf

Código do documento: 4743



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

27 nov 2024, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 4743

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2024-11-27T00:06:20-03:00

27 nov 2024, 00:06:20 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2024-11-27T00:06:20-03:00

27 nov 2024, 00:06:20 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2024-11-27T00:06:20-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: da604aa2a90633c4dbc584b9d3d18d3283727128d6c86f68cdaed6d1dc415b8a

[SHA512]: fbcbaaf626b6ec5b47ff39cadd81783e6778ef5f0483fbabec89515ebef08497b90a191d05ecffa372aab7a162afb3170dd663496e367e2431cb10bf8ff01

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB